

ATA DA SEXAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez, na Sala nº 502 do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quinze horas e vinte e cinco minutos, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública - CGFNSP reuniu-se em sessão ordinária, com a presença dos seguintes membros: Sylvio de Andrade Junior, representante suplente do Ministério da Justiça e Presidente desta Sessão; Sidnei Borges Fidalgo, representante suplente da Secretária Nacional de Segurança Pública – SENASP; Alessandro Ferreira dos Passos, representante Suplente da Casa Civil da Presidência da República; Carlos Rogério Ferreira Cota, representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Alexandre Camanho de Assis, representante titular da Procuradoria-Geral da República. Ausente justificadamente o representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Participaram também da Sessão servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. O Presidente, após os cumprimentos de praxe, anunciou os assuntos da Pauta, a saber: 1) Aprovação da Ata da 66^a Reunião Ordinária; 2) Apresentação do Projeto de Capacitação dos Profissionais de Segurança Pública para Copa/2014 e Olimpíadas/2016 no Brasil; e, 3) Autorização para celebração de Termo de Cooperação com o Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO.

DELIBERAÇÕES: Aberta a sessão, o presidente anunciou a presença da Delegada de Polícia Federal Simone Azuaga, que foi convidada pelo representante do Ministério Público, Dr. Alexandre Camanho de Assis, para participar da reunião. Ato contínuo, o presidente colocou em votação a aprovação da Ata da 66^a Reunião Ordinária que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o presidente sucintamente informou os motivos que ensejaram a reunião extraordinária e passou a palavra à servidora Juliana Márcia Barroso para apresentar o Projeto de Capacitação dos Profissionais de Segurança Pública para Copa/2014 e Olimpíadas/2016 no Brasil. A servidora iniciou a exposição explicando que este projeto foi bem aceito e considerado inovador pela Coordenação do GT/COPA em razão de sua simplicidade, vez que não propôs novidades e sim buscou fortalecer o que já existe dentro dos Governos: Federal e Estadual. Desde modo, a proposição é aprimorar o que está sendo implementado no âmbito das polícias estaduais e da própria SENASP. O projeto foi consubstanciado a partir de uma pactuação federativa e também da parceria com o Departamento de Polícia Federal – DPF e com o Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF, sendo especificamente destinado aos profissionais que estão alocados nos Estados e nos Municípios que receberão os eventos. A SENASP optou por aproveitar os projetos que ela apóia. Deste modo, será feito o empoderamento das instituições de ensino na área de segurança pública, utilizando a expertise e o aparelhamento existentes nessas instituições. A servidora informou que a SENASP foi responsável pela coordenação da segurança dos Jogos Pan-americanos e a partir dessa experiência foi fácil perceber que houve uma preocupação muito grande com o legado do reaparelhamento. Por outro lado, não houve nenhum legado na área de capacitação profissional, porque não foi criado algo substancial nesta área, como, por exemplo, uma matriz que possa ser novamente aplicada ou aprimorada nos grandes eventos. O que existiu foi aproveitamento da expertise dos próprios profissionais do Rio de Janeiro e da Força Nacional de Segurança Pública, nas áreas em que foi exigido o policiamento. Diante dessa constatação, a equipe responsável pela elaboração do projeto em apreço decidiu que o foco de trabalho não seria melhorar a segurança pública somente para atuar durante os jogos e sim criar uma condição melhor para a segurança pública que permeie e ultrapasse os jogos. De sorte que o alvo da SENASP é firmar com as academias esse propósito para que elas se apropriem do conhecimento a ser disponibilizado, porque se daqui a dez anos o Brasil sediar outros jogos, não será preciso buscar esse conhecimento fora do País ou construí-lo do zero. Continuando, a servidora explicou que o desenvolvimento do projeto pedagógico está estruturado nos cursos de atualização, de extensão, de especialização, respeitando as atribuições de cada instituição – polícia militar, polícia civil, corpos de bombeiros, guardas municipais – e também a peculiaridade de cada Estado. A definição das temáticas prioritárias a serem desenvolvidas foi definida a partir de duas grandes reuniões: uma em maio no GT/Copa e a outra com os diretores das academias, coordenadores pedagógico, alguns docentes e representantes da PF e PRF. A implementação do programa será feita de duas formas: a) por meio da

descentralização de recursos/convênios estaduais e b) por meio de aplicação direta, isto é, caberá à SENASP: promover a realização de cursos e ações formativas, em parcerias com as embaixadas dos países que já receberam eventos desse porte; aproveitar a rede de educação a distância para conhecimentos meramente conceituais, mas necessários aos profissionais e utilizar a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP, para cursos de especialização em segurança pública realizados em parcerias com as instituições de ensino superior. A servidora explicou que foi adotada essa estratégia de implementação, porque o calendário está muito apertado, vez que em 2013 será realizada a Copa das Confederações que é um evento que possui o mesmo porte da Copa. Na sequência, foram detalhados os seguintes pontos do projeto: o monitoramento, a avaliação, os números almejados, os recursos necessários, os resultados esperados e o legado. Por último, a servidora destacou as etapas que foram realizadas: pactuação, definição de temáticas; formação de GT's responsável por produzir e elaborar o conteúdo programático; realização de parcerias com as embaixadas Americana e a Espanhola, e início da celebração dos convênios. Após esta exposição, a servidora passou a palavra para a servidora Melissa Alves de Alencar Pongeluppi que abordou aspectos técnicos do projeto, a saber: 1) o objetivo principal; 2) a forma de execução: a SENASP dará o suporte; as Instituições de Ensino Superior em Segurança Pública (IESP) darão a estrutura física e serão apoiadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) que são as universidades públicas e privadas; as ações formativas serão balizadas pela matriz curricular nacional e os organismos internacionais serão importantes fontes de troca de experiência; 3) as premissas e as fases do projeto; 4) a construção do projeto: a) o grande grupo (PM – PC e CBM) foi dividido em subgrupos, sendo que as polícias federal e rodoviária federal transacionava entre os grupos como volantes, conforme a temática de interesse; b) cada grupo produziu temáticas específicas de cada instituição, indicou quais seriam os especialistas que teriam aptidão para produzir o conteúdo, estabeleceu quais as instituições seriam sede de cada temática e indicou quais seriam os pedagogos que irão acompanhar o processo; 5) resultados do encontro: foram definidas: a capacitação da equipe pedagógica; as temáticas por instituição; as escolas sedes de cursos de especialização e multiplicadores; 6) as temáticas definidas pela polícia militar; pelos corpos de bombeiros militares e pela polícia civil; 7) pós-encontro: análise dos cursos coincidentes; análise pedagógica dos formulários de cursos; recebimento das demandas de capacitação das instituições; cronograma de reuniões dos GT-Temáticos; elaboração dos projetos de cursos; celebração de convênios e realização dos cursos. Aberta a palavra, o Conselheiro Alexandre Camanho de Assis reiterou as colocações feitas por ele na reunião anterior, apresentou a Delegada Simone Azuaga e informou que ela foi chefe do Serviço Antiterrorismo da Polícia Federal e atualmente é Chefe da Divisão de Inteligência Policial/DIP/DPF. O Conselheiro ressaltou que convidou a Dra. Simone para que ela falasse das perspectivas concretas que poderão ser enfrentadas nos grandes eventos e possíveis objetos de atenção do ponto de vista da capacitação no enredo do antiterrorismo. Com a palavra, a Dra. Simone iniciou a exposição relatando que por ser uma profissional cujas atividades se relacionam ao terrorismo, ela percebe um freqüente descaso das pessoas ao ouvirem falar sobre este assunto. Isso ocorre, porque elas acham que não podem ser afetadas por ele ou porque o assimilam como uma coisa meio hollywoodiana. Essa mesma percepção também é sentida em segmentos públicos que não lidam com o assunto, pois quando são confrontados com o tema, o tratam como uma coisa fantasiosa e que nunca vai acontecer no Brasil. A Dra. Simone destacou que, nos grandes eventos, a preocupação maior da SENASP é a segurança pública, isto é, com possíveis ataques do PCC; brigas entre facções criminosas, dentre outros fatores, pelo fato de o meio comum ser mais afetado pelas questões de segurança pública, as quais, inclusive, podem repercutir negativamente na imagem do País. Por esses motivos as instituições não focam em nada relacionado ao terrorismo, contudo, muito embora o senso comum julgue que nenhum ataque terrorista possa acontecer no Brasil, baseado na premissa de que o país é tradicionalmente pacífico, esta possibilidade existe. Ela exemplificou que na década de 90 a Argentina foi surpreendida por um ataque terrorista exatamente porque não se preocupava com esta questão. Em seguida, a palestrante relatou sucintamente algumas experiências do Serviço Antiterrorismo/PF. Após, salientou que existem áreas, abrangidas pelos grandes eventos, passíveis de vulnerabilidades, no que se refere ao terrorismo. Neste contexto, foram destacadas algumas dessas áreas de possíveis riscos, bem como foi observado que os profissionais que atuarão em tais locais deverão ter capacitação e treinamento diferenciados. Finda a exposição, o Conselheiro Carlos Rogério Cota agradeceu a exposição e parabenizou a Dra. Simone pelo trabalho que ela vem realizando.

Neste contexto, o citado Conselheiro informou que o suplente dele no Colegiado, o Dr. Edilson Fernandes da Cruz, é funcionário de carreira da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e por isso ele poderia contribuir com a discussão compartilhando os conhecimentos e a experiência dele no tema em comento. Antes da fala do mencionado Conselheiro, o Conselheiro Alexandre de Assis Camanho pediu a palavra e declarou que era bastante claro que a responsabilidade de atuação, no que se refere ao terrorismo, é da Polícia Federal. Porém, a questão levantada na reunião anterior foi o fato de que a polícia federal não dispõe de um contingente que dará conta de atuar, em todos os locais onde acontecerão os grandes eventos, de uma maneira tal que ela prescindida da colaboração das forças de segurança pública locais. O Conselheiro salientou que estava apreensivo porque tinha a impressão de que talvez ele ainda não tivesse sido compreendido e alertou que a preocupação demonstrada por ele na reunião passada foi pontual e concreta, a saber: se o imprevisto acontecer à míngua de uma capacitação do agente de segurança local, ele irá cruzar os braços. Ante esta colocação, a Dra. Simone declarou que há interesse da polícia federal em capacitar, na área de terrorismo, os policiais militares, civis e bombeiros que forem atuar nos grandes eventos. Neste contexto, ela recordou que o atentado frustrado que aconteceu na Avenida *Times Square* na cidade de Nova Iorque/EUA foi evitado por um camelô, sendo a atuação imediata da polícia municipal de Nova Iorque e não do FBI. E concluiu que o policial que está na rua é o Policial Militar, diante disso, é interessante que na capacitação a ser ministrada aos policiais estaduais sejam inseridas noções sobre o terrorismo. Dito isso, o Conselheiro Alexandre de Assis Camanho declarou que esta foi exatamente a postulação feita por ele na reunião anterior. Ponderando, que este é o ponto que ele vem insistindo, qual seja, a necessidade de os policiais receberem orientação clara e precisa acerca do que deve ser feito no caso de acontecer algum atentado terrorista. Tal capacitação além de favorecer o trabalho integrado entre as polícias também norteará a ação das polícias locais. Ademais, o Conselheiro informou que quando abordou o assunto com a Dra. Simone, ela informou que a Polícia Federal possui módulos de capacitação para as policiais estaduais e que, se houver interesse, o órgão poderá ministrar o curso aos Estados. O Conselheiro Carlos Rogério Cota declarou que ratificava as palavras dita pelo Conselheiro, acrescentando que a Polícia Federal e a ABIN são os órgãos que possuem conhecimento para formatar um curso na área em comento em razão de sua capilaridade. A servidora Juliana Márcia Barroso desculpou-se porque realmente ainda não havia interpretado o anseio do Conselheiro Alexandre Camanho e dirigiu-se à Dra. Simone e indagou o seguinte: 1) como e com quem poderá ser feita a interlocução sobre esse assunto na Academia Nacional de Polícia/DPF; 2) como a SENASP poderá utilizar um conhecimento que é tão peculiar da Polícia Federal; 3) como a SENASP poderá transversalizar o conteúdo terrorismo em algumas temáticas, como por exemplo, inteligência policial, produtos perigosos, dentre outras. A Dra. Simone prontificou-se a repassar todas as informações solicitadas, adiantando que na Polícia Federal esse assunto é tratado pelas Diretorias de Inteligência e de Ensino, as quais poderão formatar os conteúdos de forma bastante objetiva e prática. Ademais, acrescentou que esse trabalho poderá ser feito também com o apoio da ABIN que possui uma importante Diretoria de Contra Terrorismo e também por ela apoiar a própria Polícia Federal na formação do conhecimento sobre o assunto em comento. Dito isso, o Conselheiro Alexandre de Assis Camanho declarou que as proposta feitas foram excelentes e que a idéia dele era exatamente nesse sentido. Em seguida, o Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Edilson. Este Conselheiro iniciou a exposição declarando que a atuação de combate ao terrorismo é atribuição da Polícia Federal, mas este assunto é de responsabilidade de todos. Em seguida, fez comentários gerais sobre o tema terrorismo; ressaltou a importância da participação da ABIN na adequação das temáticas destacadas, vez que a Escola da ABIN também possui cursos na área de repressão e combate ao terrorismo; observou que a parte teórica dos cursos não deve sobrepor ao treinamento prático; ressaltou a necessidade de aprimoramento da atuação do profissional de inteligência em grandes eventos; falou sobre o indispensável intercâmbio de informações que deve haver entre os órgãos envolvidos na segurança/coordenação dos eventos, ocasião em que ressaltou a importância da Defesa Civil, em um contexto de catástrofe; advertiu que as atividades culturais que ocorrem durante os grandes eventos, mesmo não relacionadas às arenas esportivas, devem ser foco de atenção da segurança porque podem ser alvo de terroristas. Finalizando, o Conselheiro voltou a ressaltar o valor da contribuição da ABIN no processo de capacitação dos policiais estaduais, declarando que a citada instituição possui expertise no assunto terrorismo, além disso, o seu conhecimento é ampliado pela articulação com os órgãos

internacionais como, por exemplo, a Organização dos Estados Americanos. Dito isso, o Conselheiro Carlos Rogério Cota sugeriu que o Conselho deliberasse no sentido de solicitar à SENASP que oficialize a ABIN e o DPF pedindo o apoio destes órgãos na adequação das temáticas definidas, com vistas a inserir, naquelas que forem pertinentes, o enfoque ao tema terrorismo. O Presidente declarou que apoiava esta sugestão porque não interrompia o processo em andamento visto que diversas temáticas perpassam o tema terrorismo, sendo necessária apenas a adequação de seus conteúdos. O Conselheiro Alessandro Ferreira dos Passos referendou a proposta feita pelo Conselheiro Carlos Rogério Cota, declarando que também julgava pertinente oficializar esta demanda aos mencionados órgãos em razão do conhecimento técnico de cada um e também porque esta interlocução pode ir além do apoio solicitado, pois facilitará no futuro a fluidez das comunicações entre os órgãos envolvidos. O Conselheiro Alexandre Camanho também aderiu à proposta feita; declarou-se satisfeito com os resultados da reunião; agradeceu a sensibilidade do Ministério da Justiça e dos demais membros do Conselho Gestor por terem convocado uma reunião extraordinária para tratar de um assunto, que num primeiro momento, pode ter parecido descabido. Ainda neste contexto, o Conselheiro ponderou que a SENASP deverá exortar os órgãos envolvidos na adequação das temáticas, a seguirem uma agenda de trabalho positiva, com prazos definidos, a fim de que os diálogos e os resultados sejam rápidos; solicitou ao Ministério da Justiça que passasse a ter uma preocupação permanente com o tema em discussão porque em nível mundial a situação tende a um agravamento. Por fim, observou que o MJ deverá ter sempre o cuidado de promover a integração dos órgãos envolvidos com os grandes eventos, mesmo em assuntos que não passem pelo Colegiado, como por exemplo, a interlocução com as Defesas Cíveis dos Estados, que é órgão fundamental quando o assunto é salvar vidas, porque deste modo, na hora da consecução dos grandes eventos, o referido órgão também será um grande aliado. Aprovada a proposta, o Presidente declarou que na sua avaliação a ampliação da discussão do tema foi bastante produtiva porque alcançou resultados acima das perspectivas esperadas. A servidora Juliana pediu a palavra para fazer algumas considerações finais. Com a palavra, a servidora fez os seguintes esclarecimentos: a) declarou que a sugestão do Conselheiro Cota será acolhida; b) informou que a agenda de trabalho será positiva e que pretende agendar as reuniões o mais breve possível; c) esclareceu que no Plano de Ensino definido, as temáticas a serem trabalhadas não serão somente conceituais, elas abrangerão três dimensões: conhecimento (parte teórica), habilidade (parte prática) e atitude (ex: ser proativo). Além disso, a metodologia utilizada pela SENASP perpassa as três competências referenciadas trazendo sempre o profissional para a prática; d) explicou que a SENASP já atua em parceria com a Defesa Civil porque em muitos Estados quem faz a defesa civil são os Corpos Bombeiros Militares, os quais estão contemplados pela capacitação proposta pela SENASP; e) propôs aos representantes da ABIN e do DPF que quando eles promoverem cursos na área de terrorismo convidassem um representante de cada Estado; f) informou que o GT/COPA é composto por diversos Ministérios, inclusive pelo Ministério da Integração, é coordenado pela Casa Civil/PR e no âmbito do MJ pelo Secretário Executivo; e, g) reconheceu que talvez fosse necessário repassar ao Colegiado um informe da atuação geral do GT/COPA. Dito isso, o Presidente informou que a SENASP participa tanto das reuniões do Conselho como das do GT/COPA, assim sendo, propôs que em cada reunião do Conselho a SENASP dedique um tempo para fazer um breve informe aos conselheiros sobre o que está sendo feito, no âmbito do GT, para preparar as instituições de segurança pública envolvidas nesses eventos. Dito isso, a servidora Melissa aproveitou a oportunidade para informar que naquele dia estava ocorrendo no Salão Negro do MJ um encontro com os doze Estados-sedes da copa, o DPF e o DPRF, cujo tema era: Sistema, Comando e Controle. Finda as considerações, o presidente agradeceu a presença da Convidada e as exposições feitas.

Dando prosseguimento, o Presidente relatou que na reunião anterior a votação do Acordo de Cooperação Técnica entre o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial/MDIC e a Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ ficou pendente porque os Conselheiros pediram informações complementares a respeito do assunto e também porque gostariam de discutir o assunto no âmbito de seus órgãos. Dito isso, o Presidente indagou aos Conselheiros qual a avaliação deles acerca do tema e qual o resultado obtido nos respectivos órgãos. O Conselheiro Alessandro Ferreira dos Passos informou que na Casa Civil/PR o assunto foi discutido em reunião com o Conselheiro Titular, Dr. Carlos

Humberto, servidores da Subsecretaria Jurídica e ele, e o grupo concluiu que, muito embora o projeto gere conseqüências futuras, a padronização dos procedimentos é uma evolução inevitável. Para o grupo as preocupações externadas na reunião anterior são relevantes, porém deverão ser devidamente avaliadas num momento futuro, quando deverá ser estudada a melhor forma de normatizar/regulamentar o assunto. Dito isso, declarou que a Casa Civil era favorável à aprovação do pleito. O Conselheiro Carlos Rogério Cota informou que fez também a análise do conteúdo de toda a documentação enviada, e em que pese o reconhecimento da importância da preocupação externada pelo Conselheiro Alexandre Camanho, em seu entendimento, a melhora da qualidade da prova é uma questão de direitos humanos, ou seja, é indiscutível o direito de se ter provas produzidas por meios inquestionáveis. Além disso, de nada adianta o árduo trabalho realizado pelas polícias se a prova produzida for fraca, porque o caso não vai prosperar perante a justiça. Portanto, após refletir sobre tudo o que foi discutido, exposto e disponibilizado posicionava-se pela aprovação do Acordo. O Conselheiro Alexandre de Assis Camanho declarou que teve o cuidado de conversar com diversos colegas do Ministério Público sobre o assunto e todos, de modo até surpreendente, saudaram a proposta, todavia, a atenção maior do órgão é com as pessoas que estão nos fóruns diariamente vendo as coisas tomarem rumos bastante diversos do que seria o ideal. Motivo pelo qual, todos eles se preocupam com os atos conseqüentes e isso lhe pareceu algo invencível. O Conselheiro ressaltou que não gostaria de votar contra a proposta, porque ficou bastante impressionado com o conhecimento, a lucidez e a clareza demonstrada pelo Servidor Wagner quando ele apresentou a proposta e não lhe parecia solene manifestar-se, em nome do Ministério Público, contra uma proposta que foi defendida com tanta proficiência e encantamento. Por outro lado, não lhe parecia inteiramente responsável aderir a algo, em nome do Ministério Público, que gerou preocupações que lhe parecem insuperáveis. Pelo exposto, o Conselheiro pediu a compreensão do Colegiado para abster-se de votar, caso não houvesse óbice regimental. O Presidente informou que no regimento do Conselho não há óbice para a abstenção e declarou que compreendia a posição do Conselheiro. Em seguida, o Presidente relatou que também procurou dialogar sobre o assunto no âmbito do MJ, inclusive com a Conselheira Titular, Dra. Isabel Figueiredo, e a posição que vigora no Ministério é que o mérito da proposta é indiscutível, porque é inexorável a necessidade de promover este acréscimo de qualidade e de padronização dos procedimentos em tela. Porém, diante da sensibilidade, no que concerne às conseqüências advindas do pleito, será indispensável que a proposta venha acompanhada solidamente de uma consertação política entre os órgãos envolvidos. Deste modo, será possível mitigar os pontos que foram tão bem relatados pelo Conselheiro Alexandre Camanho, na última reunião. O Presidente declarou que o Ministério da Justiça era favorável à aprovação do pleito, porém o Ministério recomenda que a implementação decorrente do acréscimo técnico proveniente desta proposta parta de uma consertação em que seja considerada a posição de todos os órgãos de Estado envolvidos. Dito isso, o Conselheiro Alexandre Camanho declarou que o anúncio feito foi muito sensível porque os membros do Ministério Público consultados demonstraram preocupação exatamente quanto ao ambiente de salva-guarda que se criará, em caráter colateral, para que o trânsito de um novo modelo possa ser feito sem riscos. O Conselheiro Sidnei Borges Fidalgo manifestou-se favorável a proposta e declarou que também concordava com as colocações feitas pelo Presidente. Finalmente, o Presidente declarou que a proposta estava aprovada por maioria, com a ressalva de que tanto no processo de normalização quanto no processo de regulamentação seja assegurada a participação de todas as partes de Estado envolvidas para que se vislumbrem adequadamente os riscos e a forma de minimizá-los. Cabe consignar que o Acordo de Cooperação Técnica entre o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial/MDIC e a Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ tem por objetivo criar o Programa Nacional de Normalização e Metrologia Forense (PNNMF) e foi orçado no valor total de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), conforme detalhamento abaixo:

Ação do Fundo	Discriminação dos Gastos	Valor FNSP (R\$)
Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais	Diárias	92.000,00
	Passagens e Despesas com Locomoção	71.000,00
	Equipamento e Material Permanente	672.800,00
	Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	104.000,00
	Material de Consumo	160.200,00
Total		1.100.000,00

Implantação e Modernização de Estruturas Físicas de Unidades Funcionais	Obras e Instalações	900.000,00
Total		900.000,00
Total Geral		2.000.000,00

Na seqüência, o Presidente consultou os conselheiros se eles estavam de acordo com a inserção extra pauta do tema referente à aquisição direta para área de perícia. Com a aquiescência dos conselheiros, o servidor Edson Wagner esclareceu que o tema refere-se à aquisição direta, por parte da SENASP, de reagentes próprios para as Unidades Laboratoriais de DNA Forense dos Estados e do Distrito Federal, no valor de R\$ 1.541.289,00 (hum milhão, quinhentos e quarenta e um mil, duzentos e oitenta e nove reais), no âmbito da ação Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais. Na seqüência foi explicado o motivo e a finalidade da aquisição. Após, os Conselheiros aprovaram sem objeções o pedido.

Cumprido os assuntos da pauta, o Presidente ressaltou que a solicitação da reunião extraordinária ocorreu na virada de um mês para outro, deste modo regimentalmente a reunião passou a ser uma reunião ordinária. Diante disso, colocou em deliberação o pedido da SENASP de realização de reunião extraordinária no dia 21/10/2010, em virtude da necessidade de dar prosseguimento a novos projetos, não colocados nesta pauta por se tratar de uma reunião temática. Os conselheiros aprovaram o pedido.

Nada mais havendo para tratar, o Presidente da Sessão encerrou a reunião às dezoito horas e dez minutos deste dia. E, para constar, esta Ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

Sylvio de Andrade Junior

Presidente da Sessão

Sidnei Borges Fidalgo

Secretaria Nacional de Segurança
Pública

Não representado

Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão

Alessandro Ferreira dos Passos

Casa Civil da Presidência da República

Carlos Rogério Ferreira Cota

Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República

Alexandre Camanho de Assis

Procuradoria-Geral da República